



ÁSIA/TAILÂNDIA - Deter a deportação dos boat people Rohingya

Phuket (Agência Fides) – No último dia primeiro, perto de Bon Island, província de Phuket, as autoridades tailandesas interceptaram um barco com 73 migrantes Rohingya em busca de asilo, incluindo 20 crianças, algumas com apenas 3 anos. Depois de fornecer alimento, água e outros serviços aos passageiros, assim como combustível para o barco, as autoridades tinham inicialmente planejado de mandar o barco para a Malásia, rumo a Langkawi Island. Quando perceberam que o barco estava superlotado e cheio de rachaduras e que muitos passageiros eram muito fracos para fazer uma viagem tão cansativa e atribulada, eles decidiram fazer o grupo desembarcar no escritório de imigração em Phuket.

Em 2 de janeiro, dois caminhões com 73 Rohingya a bordo foram enviados à província de Ranong para serem deportados para a Birmânia. Segundo fontes humanitárias, para limitar tal fenômeno, o governo tailandês deveria impedir imediatamente a deportação destes refugiados. As autoridades deveriam permitir ao Alto Comissariado ONU para Refugiados (ACNUR) o livre acesso a estes e outros refugiados do estado birmanês de Arakan e determinar se estão querendo asilo ou se são têm os requisitos para obter o status de refugiado.

“O governo tailandês deveria abolir a política desumana de deportação sumária dos Rohingya, brutalmente perseguidos na Birmânia, e respeitar seu direito de pedir asilo” – consta numa nota do diretor para a Ásia do Human Rights Watch (HRW). A cada ano, centenas de milhares de Rohingya do estado de Arakan fogem da repressão das forças militares birmanesas e da miséria. A situação piorou significativamente em fins de 2012. Além das últimas chegadas na província de Phuket, estão previstos mais embarques da Birmânia. Segundo a Declaração universal dos Direitos do Homem, todo indivíduo vítima de perseguições tem o direito de pedir asilo. Mesmo que a Tailândia não tenha assinado a Convenção sobre os refugiados de 1951, o país não pode recusar pessoas em situação de risco. A organização HRW defende que o governo tailandês deva garantir leis de tutela da etnia Rohingya. Um controle do ACNUR em todos os barcos que atracam poderia ajudar o governo a definir quem são as pessoas que possuem o status de refugiado. É fundamental para a tutela dos refugiados; o governo deveria aceitá-los e deter a repatriação forçada destes ‘boat people’. (AP (3/1/2013 Agência Fides)